



Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiroz. [Francisco Emolo/Jornal da USP]

FÓRUM PAULISTA

EM PRESIDENTE PRUDENTE, COMEMORAÇÃO PELOS VINTE ANOS DO FÓRUM PAULISTA

Nos 16 e 17 de outubro de 2014, em Presidente Prudente, no Oeste Paulista, realizou-se a *59ª Reunião* e a comemoração dos vinte anos de atividades do Fórum Paulista de Secretários e Dirigentes Públicos de Mobilidade Urbana, com a presença de ex-presidentes do órgão (veja matéria nesta edição).

A solenidade de abertura da *59ª Reunião do Fórum Paulista*, na manhã do dia 16 de outubro, no Centro Cultural Matarazzo, teve a condução de Atilio André Pereira, secretário de Transporte e Trânsito de Guarulhos e presidente do Fórum Paulista, e contou com participação do prefeito de Presidente Prudente, Milton Carlos de Mello, "Tupã"; do presidente da Câmara Municipal, Valmir da Silva Pinto, e do secretário municipal de Assuntos Viários e Cooperação em Segurança Pública, Oswaldo de Oliveira Bosquet. A Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP) esteve representada por seu presidente, Ailton Brasileiro Pires, e pelo superintendente Luiz Carlos Mantovani Néspoli.

TEMAS - Com diferentes sessões em dois dias, o encontro teve uma apresentação a respeito do plano

PIRACICABA SERÁ A SEDE DA 60ª REUNIÃO DO FÓRUM PAULISTA, EM MARÇO DE 2015

O secretário de Transporte e Trânsito de Piracicaba, Jorge Akira Kobayashi, garantiu que seu município estará "de braços abertos" para receber a *60ª Reunião do Fórum Paulista*, nos dias 26 e 27 de fevereiro de 2015. Ele afirmou que o prefeito piracicabano, Gabriel Ferrato dos Santos, assegurou total apoio à realização do encontro. Na reunião de Piracicaba será eleita a nova direção do Fórum Paulista; os interessados devem apresentar a candidatura até 30 dias antes da reunião. No próximo encontro também será definida a nova logomarca do Fórum Paulista.

de mobilidade urbana de Presidente Prudente e discutiu sistemas de informação aos usuários de transporte coletivo urbano, prazos e significado dos planos de diretores de mobilidade urbana preconizados pela Lei 12.587/12 (Lei de Mobilidade Urbana), estímulo ao transporte público, utilização de novos modais e o tema da modicidade tarifária.

AGRADECIMENTOS - Na sessão final, Atilio Pereira informou que a *59ª Reunião do Fórum Paulista* teve 195 participantes, incluindo secretários, dirigentes e técnicos de 34 municípios. Ele agradeceu aos órgãos de governo e organizações que possibilitaram a realização do encontro, em especial, às empresas expositoras Digicon, JSM – Engenharia e Sinalização, Moovit, e Transdata.

FÓRUM PAULISTA

DIVERSIDADE DE TEMAS MARCOU A REALIZAÇÃO DAS SESSÕES TÉCNICAS

As sessões técnicas da 59ª Reunião do Fórum Paulista foram abertas com uma exposição do secretário Oswaldo Bosquet, de Presidente Prudente, que explicou o plano para aprimorar a mobilidade no município, com investimentos de R\$ 31,5 milhões propiciados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), federal, e de R\$ 3,5 milhões do próprio município. Ele sublinhou que esse plano, centrado em aspectos de infraestrutura de mobilidade,



Oswaldo Bosquet

não se confunde com o plano diretor que o município fará para atender à Lei de Mobilidade Urbana (Lei 12.587/12). A cidade conta com 220 mil habitantes e com uma frota registrada de 173,5 mil veículos (outubro de 2014); outros 35 mil veículos da região destinam-se à cidade diariamente. O sistema de transporte público conta com 140 ônibus distribuídos por 50 linhas, atendendo a 50 mil passageiros diariamente. O plano prevê 14 km de novas vias, recapeamento de 25 km de ruas e avenidas, implantação de 15 km de ciclovias e de 28 km de calçadas com acessibilidade. O sistema receberá 270 novos abrigos de ônibus e quatro terminais urbanos, um para cada região da cidade.

OUTROS TEMAS - Ainda no primeiro dia, Sandra Zaith, diretora de Transportes de Guarulhos, coordenou sessão sobre sistemas inteligentes de informações aos usuários e de controle do transporte coletivo urbano e do trânsito. Celso Bersi, da URBES/Sorocaba, falou sobre o sistema de informação aos usuários feito via celular (horários e itinerários), e por meio de 32 monitores nos terminais de integração e de painéis em 25 pontos de parada com previsões de chegada dos ônibus. Falou também do roteirizador de viagem via internet, adesivos com mapas esquemáticos em 150 pontos, um sistema para requisição de táxi, 'call center' para comunicação, sistema de locação de bicicletas integrado ao transporte coletivo e o centro de controle operacional do transporte público urbano.

Pedro Palhares apresentou o Moovit, aplicativo de colaboração para o transporte público, que compartilha informações geradas pelos próprios usuários sobre todos os meios de transporte, utilizado em 166 áreas metropolitanas, o que totaliza mais 400 cidades em 41 países, com mais de 10 milhões de usuários.

CASOS DE SÃO BERNARDO, SÃO PAULO, SOROCABA, CAMPINAS E RIBEIRÃO PRETO

No segundo dia, a secretária Andréa Júlia Soares, de Limeira, vice do Fórum Paulista, coordenou o painel sobre o estímulo ao transporte coletivo urbano e outros modais. O arquiteto Ronaldo Tonobohn, da CET/São Paulo, falou sobre a priorização do transporte coletivo e a implantação de ciclofaixas na capital paulista, informando que os 300 km de faixas exclusivas implantados em 2013 atenderam a três milhões de pessoas, com ganho médio individual de 38 minutos e ganho geral de 1,9 milhões de horas por dia e inclusão de 20 mil novos passageiros por dia.

Representando São Bernardo do Campo, Alberto Alcício Batista descreveu o plano regional de mobilidade definido no âmbito do consórcio dos sete municípios que formam o ABC Paulista; o plano inclui uma linha de monotrilho com 18,5 km e novos corredores de ônibus – sistemas troncais que, em São Bernardo, serão, em parte, alimentados por teleféricos que atenderão moradores dos morros da cidade e por um sistema hidroviário para moradores da área das represas.

Com coordenação da secretária Raquel Chini, de Praia Grande, vice do Fórum Paulista, outra sessão debateu *Modicidade tarifária (Cidades com e sem cobradores, redução de ISS, entre outros)*. Uma das exposições esteve a cargo de Celso Bersi, diretor de Transportes da Urbes/Sorocaba. Roberto Barreiro, presidente da Emdec/Campinas, mostrou o projeto de modernização do transporte público e de eliminação até o final de novembro de 2014 do pagamento em dinheiro nos ônibus. A exposição final coube a Reynaldo Lapate, engenheiro analista da Diretoria de Transporte da Transerp S/A, de Ribeirão Preto.

No período da tarde, a diretora de Transportes de Jundiaí-SP, Gabriela Travaini, coordenou a sessão que focalizou o tema *Planos de Mobilidade Urbana (Desafios)*. Nessa sessão, Arlindo Fernandes, da Oficina Consultores, fez uma apresentação sobre os instrumentos permanentes para a orientação das ações da política de transporte e mobilidade das cidades, considerando conteúdos, prazos legais, quantidade de planos e os recursos disponíveis para que sejam feitos. Josias Lech, da Secretaria de Transportes de São Paulo, abordou a concretização do plano de mobilidade paulistano, entendido também como um instrumento de gestão ambiental e oportunidade de articulação das políticas de mobilidade urbana, desenvolvimento urbano, qualidade do ar e mudança climática.

FÓRUM PAULISTA

UM PRIMEIRO ESFORÇO PARA ENTENDER AS IMPLICAÇÕES DE MUDANÇAS NA LEGISLAÇÃO

Em Presidente Prudente, a maior parte da reunião exclusiva dos secretários foi dedicada a um primeiro esforço para compreender as implicações da aprovação do Estatuto das Guardas Municipais (Lei 13.022/14), de 8 de agosto de 2014, e da aprovação da Emenda Constitucional 82, de 16 de julho de 2014, que incluiu o parágrafo 10 no artigo 144 da Constituição Federal, disciplinando a segurança viária no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. O tema foi levado por Renato Campestrini, da Urbes/Sorocaba-SP, interessado em discutir as características do convênio para que a guarda municipal possa ser empregada pelo município na fiscalização de trânsito.

A secretária Ana Lúcia de Souza Ghaname, de Birigui, informou que em seu município, quase concomitantemente com a lei federal, foi refeito o Estatuto da Guarda Municipal. "Prevendo que a lei federal autorizaria as guardas a efetivarem a fiscalização do trânsito,



Ana Ghaname

incluímos na lei municipal essa competência", disse. Ela informou que a área jurídica da Prefeitura de Birigui recomendou que o acordo entre a administração e a guarda municipal seja formalizado na modalidade de contrato de gestão. O entendimento é que a lei federal quer que o convênio descreva as atribuições e competências da atuação da guarda municipal no

trânsito e de que forma a secretaria municipal exercerá controle sobre essa atuação. Nos debates, diferentes municípios relataram que as guardas desejam atuar no trânsito inclusive para obter novos recursos para a corporação, mas resistem à ideia de terem a parcela do seu efetivo destacada para o trânsito submetida ao comando de outro órgão municipal.

PONTOS - Outros pontos foram levantados quando da discussão da Lei 13.022/14. Um deles diz respeito à capacitação dos integrantes da guarda municipal para atuarem no trânsito. Birigui prevê treinamento mínimo de 40 horas e um processo de preparação continuada para reciclagem permanente dos guardas. A preparação inicial mínima de 40 horas foi também informada por outros municípios, mas ficou claro nos debates que a preparação exigirá uma carga horária maior. Dulce Lutfalla, da Companhia de Engenharia de Tráfego de São Paulo (CET-SP), por exemplo, assinalou que fiscali-

zação e operação do trânsito são atividades interligadas, e que, em razão disso, a preparação dos guardas terá de ter pelo menos o dobro das 40 horas. Ela disse ainda que todo o processo de preparação terá de ser muito criterioso e que será preciso haver uma avaliação final, que garanta que o avaliado esteja realmente apto para suas funções no trânsito antes de receber o credenciamento da autoridade de trânsito do município.

Outro aspecto tratado diz respeito a um questionamento quanto à constitucionalidade da Lei 13.022/14. O diretor de Trânsito de Bertioga, Nelson Castro, informou que um município paulista aplicou a nova legislação e está sendo questionado no Tribunal de Justiça pelo Ministério Público Estadual, sob a alegação de que a guarda municipal não tem competência para o trânsito, uma vez que sua competência é definida no parágrafo 4º do artigo 144 da Constituição Federal; assim, é possível que o tema chegue ao Supremo Tribunal Federal (STF). O presidente do Fórum Paulista, Atílio Pereira, disse que o debate sobre a Lei 13.022/14 está só no início e continuará na reunião de Piracicaba.

ACOMPANHAR A REGULAMENTAÇÃO DA EMENDA CONSTITUCIONAL 82

Atílio Pereira afirmou ser preciso que o Fórum Paulista acompanhe a regulamentação da Emenda Constitucional 82, que inseriu o parágrafo 10 ao artigo 144 da Constituição Federal, estabelecendo textualmente: *"A segurança viária, exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do seu patrimônio nas vias públicas: I - compreende a educação, engenharia e fiscalização de trânsito, além de outras atividades previstas em lei, que assegurem ao cidadão o direito à mobilidade urbana eficiente; e II - compete, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, aos respectivos órgãos ou entidades executivos e seus agentes de trânsito, estruturados em carreira, na forma da lei."*



Atílio Pereira

Atílio assinalou que os agentes de trânsito estão se organizando para influenciar o processo de regulamentação do novo dispositivo constitucional e que é preciso entender a visão que têm a respeito do tema. E disse também que a regulamentação poderá ser o momento oportuno para definir prazos e critérios (como população, extensão territorial, frota de veículos, cruzamentos semaforizados e outros) para que os municípios tenham um quadro mínimo de agentes de trânsito.

SEGURANÇA VIÁRIA

CRANTSCHANINOV MOSTRA RESULTADOS OBTIDOS NA OPERAÇÃO DIREÇÃO SEGURA

Depois de entregar a cada participante da reunião um kit informativo no qual havia também um etilômetro descartável, Rogério Crantschaninov, ex-presidente do Fórum Paulista e, hoje, superintendente do Detran-SP na Região Metropolitana da Baixada Santista, fez uma explanação sobre a *Operação Direção Segura*. Disse tratar-se de uma atividade conjunta das polícias Civil, Militar e Técnico-Científica e do Detran-SP; o município onde se realiza a operação é convidado a participar. As ações são planejadas em nível estadual e ocorrem principalmente de sexta para sábado, de sábado para domingo ou nos feriados prolongados. “Demanda muito planejamento e conseguir disponibilidade simultânea daquelas equipes não é uma coisa muito fácil”, assinalou.

TESTES – Rogério contou que, nas blitzes, inicialmente, é aplicado o teste denominado ‘passivo’, em que o condutor assopra o etilômetro de longe, não havendo um bocal individualizado; esse exame identifica se o motorista consumiu algum tipo de bebida alcoólica. Em caso positivo, ele é convidado a fazer o teste ‘ativo’, que efetivamente vai aferir o nível de álcool no sangue. Até 0,33 miligramas por litro de ar expelido, aplica-se uma multa em razão de infração administrativa, com valor de quase R\$ 2 mil e a carteira de habilitação é apreendida imediatamente. A partir de 0,34 miligramas por litro de ar expe-

lido já está configurado o crime de trânsito; o condutor é encaminhado para um delegado da Polícia Civil, que está no local, e é feito o boletim de ocorrência.

Rogério explicou que a legislação tratou da recusa do condutor em fazer o exame, razão de haver nas ações da *Operação Direção Segura* a presença da Polícia Técnico-Científica. “A partir do momento em que o condutor se negar a fazer o teste passivo ou o teste ativo, ele é encaminhado ao delegado e autuado. A lei determina que é infração a recusa em fazer o teste: o condutor é considerado alcoolizado a partir do momento em que ele não quiser usar o etilômetro para a comprovação. Em seguida, é encaminhado para o médico legista, que irá dizer se está só alcoolizado e não embriagado, ou se está embriagado. Em havendo a constatação de embriaguez é dada voz de prisão e é estabelecido um valor de fiança. Ele tem que pagar o valor no ato, em dinheiro.

RESULTADOS - Desde que foi lançada, no carnaval de 2013, a *Operação Direção Segura* fez aproximadamente 25 mil abordagens e igual número de testes. Houve 2,4 mil testes positivos e, desses, 444 configuraram crimes de trânsito. Cada ação da *Operação Direção Segura* é feita em duas etapas, considerando dois pontos da cidade. Inicialmente, a blitz é montada em um ponto bem visível para que a informação se espalhe – inclusive pelas redes sociais –, e mais tarde a blitz é remontada nas saídas dos bares e restaurantes, locais do ‘esquentá’ para outras baladas. “Aí, invariavelmente, a quantidade de motoristas pegos já alcoolizados e embriagados é grande”, concluiu Rogério.

DETRAN-SP TAMBÉM INTEGRA OPERAÇÕES CONTRA DESMANCHES IRREGULARES

O superintendente Rogério Crantschaninov informou que o Detran-SP participa também de ações para identificar desmanches irregulares, que “são apenas a ponta de um iceberg, que alimenta uma cadeia de crimes”. Ele explicou que no início deste ano foi promulgada a Lei Estadual nº 15.276/14, “que dispõe sobre a destinação de veículos em fim de vida útil e dá outras providências”; sancionada em 2 de janeiro de 2014, essa lei passou a vigorar no mês de junho.

PRAZO - “As pessoas que têm negócios com desmanche de veículos e venda de peças usadas tiveram seis meses para se cadastrar, mas não é fácil obter o cadastramento pois a lei é rígida e exige muito: é preciso obter licença ambiental e apresentar uma série de certidões. Até agora, meados de outubro, poucas empresas conseguiram o cadastramento. A maioria dos processos está em análise ou está com solicitação de novos documentos”, disse Rogério Crantschaninov.

Nesta fase, têm sido realizadas operações conjuntas das polícias Civil e Militar, envolvendo a Secretaria da Fazenda e o Detran-SP para fiscalização dos estabelecimentos. Os alvos são selecionados normalmente pela Polícia Civil e as ações são sibilosas: o alvo só é conhecido na hora da saída das equipes, que vão em comboio para os locais a serem inspecionados. “São ações com uma característica mais policial do que administrativa. Embora a elaboração dos autos caiba ao Detran-SP e à Secretaria da Fazenda, a operação necessita daquele aparato policial”.

As ações são feitas em desmanches de todo o Estado, porém, segundo Rogério, não se percebe ainda que os proprietários dos estabelecimentos estejam cientes da necessidade de se enquadrarem. “Talvez até estejam esperando um arrefecimento da lei, mas o Governo do Estado e o Detran-SP sabem que esse tipo de fiscalização é instrumento para reduzir todos os crimes associados ao roubo de veículos”.

FÓRUM PAULISTA

FÓRUM PAULISTA BUSCARÁ DIÁLOGO COM CETRAN-SP SOBRE QUESTÕES CONTROVERSAS

A Urbes/Sorocaba passou fiscalizar de vagas para idosos e deficientes em polos geradores de tráfego privados, como shoppings, supermercados e outros, todos abertos à circulação pública e devidamente sinalizados, conforme resoluções do Conselho Nacional de Trânsito (Contran). Antes de iniciar esse tipo de fiscalização, a empresa pública consultou o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), recebendo sinal verde. Segundo Renato Campestrini, ao fiscalizar, a Urbes/Sorocaba passou a autuar os infratores e, agora, começaram a chegar os resultados de processos julgados em segunda instância, com o Conselho Estadual de Trânsito de São Paulo (Cetran-SP) deferindo recursos de infratores sob alegação de que locais privados não poderiam ser fiscalizados do modo como tem sido feito.

OUTRO ENTENDIMENTO - Dulce Lutfalla, representante da Companhia de Engenharia de Tráfego de São Paulo (CET-SP) e conselheira do Cetran-SP, comentou que há muito tempo o Ministério Público pede à Cidade de São Paulo que fiscalize estabelecimentos como os mencionados por Sorocaba, mas sempre recebeu a negativas, com base no entendimento de que são espaços privados e, portanto, não contemplados no Código de Trânsito Brasileiro. Ela assegurou que a opinião do Cetran-SP é igual à do jurídico paulistano. Como há uma visão do Cetran-SP diferente daquela manifestada pelo Denatran, Dulce sugeriu que o Fórum Paulista busque um contato com o órgão estadual sobre o tema. Ficou definido que o Fórum procurará o Cetran-SP sobre a questão, buscando também abrir canal de diálogo sobre outros temas controversos.

COMENTÁRIOS E PONDERAÇÕES - Houve outros comentários e ponderações sobre a questão. Dulce disse considerar que, de modo geral, o setor de trânsito nos municípios "não tem fôlego" para fiscalizar, além das áreas públicas também locais privados. A secretária Andréa Soares, contou que o entendimento em Limeira é de que o órgão de trânsito não poderia entrar no espaço particular, mas, como há lei municipal obrigando o estabelecimento a preservar as vagas, a fiscalização é feita pela Fazenda Municipal; ela concorda que seria difícil para o órgão de trânsito fiscalizar áreas públicas e privadas. A secretária Ana Ghaname, de Birigui, assinalou que a fiscalização pela Fazenda faz com que os recursos da multa não fiquem na área de trânsito; e considera contrassenso o órgão de trânsito ter o dever de estabelecer as vagas e não poder fiscalizá-las.

Dulce informou que em São Paulo, em pontos como o aeroporto de Congonhas, onde o condutor não percebe a



Ciclista do Programa BikeSantos [Foto: Anderson Bianchi/Prefeitura de Santos]

SUPERINTENDENTE PROPÕE QUE FÓRUNS LEVEM TESE PARA 20º CONGRESSO DA ANTP

O superintendente da ANTP, Luiz Carlos Mantovani Néspoli, informou que ainda em 2014 terá início a montagem da grade científica do 20º Congresso Brasileiro de Transporte e Trânsito, organizado pela ANTP e que acontecerá de 23 a 25 de junho de 2015 na cidade de Santos, juntamente com a IX INTRANS - Exposição Internacional de Transporte e Trânsito. Assinalando que congressos como esse são o espaço para lançamento de novas ideias, sugeriu que os secretários que atuam nos Fóruns Nacional, Paulista e Mineiro, formulem uma proposta de debate. Um tema possível seria a busca da correção de uma "anomalia genética" do Código de Trânsito, que deu ao município competência para gerir o trânsito mas não lhe deu recursos. "Aparentemente, o recurso é o artigo 320, referente às multas; mas o certo é buscar sempre reduzir as multas e não adotá-las como fonte de recursos para investimentos em segurança viária".

diferença entre o viário público e o privado, a fiscalização da CET-SP é feita normalmente; mas, quando há marcos que permitem a distinção, como na Cidade Universitária da USP, a fiscalização não é feita. O presidente da Emdec/Campinas, Roberto Barreiro, frisou que o espaço aeroportuário é público e que, por isso, está sujeito à legislações municipais, razão pela qual a Emdec atua em Viracopos.

O superintendente da ANTP, Luiz Carlos Néspoli, leu trecho do Código de Trânsito Brasileiro que deixa clara a possibilidade de fiscalização pública de espaços privados, desde que haja um convênio para tanto. Atílio Pereira sublinhou que para a fiscalização adequada em área privada aberta à circulação pública é preciso informar o usuário e defendeu que o poder público cobre pelo serviço de fiscalização. Roberto Barreiro relatou que a Emdec firmou convênio para fiscalização de um condomínio comercial privado, cobrando pelo serviço. Durante 30 dias os condôminos foram informados sobre como seria a fiscalização. O convênio estipulou que fosse implantada sinalização horizontal e vertical custeada pelo condomínio, que cuidará também de sua manutenção.

FÓRUM PAULISTA

SOLENIDADE MARCA COMEMORAÇÃO DOS 20 ANOS DO FÓRUM PAULISTA

Uma solenidade com a participação do atual presidente, Atílio Pereira, de ex-presidentes – em especial, o primeiro deles, o secretário de Transportes Metropolitanos do Estado de São Paulo, Jurandir Fernandes – marcou na tarde de 17 de outubro de 2014, em Presidente Prudente, a comemoração dos 20 anos de atuação do Fórum Paulista de Secretários e Dirigentes Públicos de Mobilidade Urbana.

UM POUCO DA HISTÓRIA – Inicialmente, foi lido um resumo da história do Fórum Paulista. “Em 22 de junho de 1993, no Novo Hotel Campinas, e no dia 14 de julho de 1994, no Solar das Andorinhas, também em Campinas, o senhor Jurandir Fernandes, em companhia de alguns outros abnegados gestores no entorno de Campinas, realizaram duas reuniões para

discutir seus problemas nessa região. Tal sucesso tiveram os encontros, que eles resolveram ampliar o grupo, denominado então de Fórum Regional de Gerenciadores de Transporte Urbano, e aí criaram o primeiro Fórum Paulista de Gerenciadores de Transporte Urbano. Isso aconteceu no dia 22 de setembro de 1994”.

A leitura prosseguiu: “Ao longo dos 20 anos, foram realizadas 59 reuniões ordinárias do Fórum Paulista em diversas cidades do Estado. Em cada reunião, o Fórum teve participação de 30 a 50 municípios e 200 pessoas, entre autoridades e especialistas. Empresas privadas expõem seus produtos em estandes ou por meio de comunicações técnicas”. O texto assinalou também fatos recentes. “Em maio de 2014, durante a realização da 58ª Reunião do Fórum Paulista, na cidade de Limeira, o regulamento do Fórum Paulista foi atualizado e aprovado na reunião exclusiva de secretários e passou-se a chamar Fórum Paulista de Secretários e de Dirigentes Públicos de Mobilidade Urbana. Ao longo dos últimos anos, as reuniões vêm sendo relatadas por meio do boletim informativo do Fórum, documento disponível no website da ANTP”.

EX-PRESIDENTES E PARTICIPANTES DA CERIMÔNIA FORAM HOMENAGEADOS

A mesa de honra da solenidade reuniu o prefeito de Presidente Prudente, Milton Carlos de Mello, que destacou a importância da comemoração, e Ailton Brasiliense Pires, presidente da Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP), que lembrou o papel do Fórum Paulista para o êxito das lutas históricas, como a aprovação do Código de Trânsito Brasileiro e da Lei de Mobilidade Urbana. Participaram ainda o secretário Oswaldo Bosquet; o presidente do Fórum Paulista, Atílio Pereira e os ex-presidentes. Jurandir Fernandes lembrou o empenho dos que trabalharam pelo Fórum Paulista, as conquistas registradas na sociedade e avanços no campo da mobilidade urbana.

ARTE COMO LEMBRANÇA – Para que os ex-presidentes e os integrantes da mesa de honra tivessem uma lembrança da comemoração, por sugestão de Atílio Pereira, o Fórum Paulista convidou o artista Marcelo Senna a produzir desenhos que retratassem paisagens urbanas das cidades dos homenageados. Os desenhos, emoldurados, foram sendo entregues aos homenageados. Inicialmente, o secretário Oswaldo Bosquet recebeu o desenho das mãos da secretária Andréia Soares, de Limeira, vice do Fórum Paulista. Ex-presidente na gestão 1996-1999, Dorival José Maistro, piracicabano, recebeu a homenagem do atual secretário de Piracicaba, Jorge Akira Kobayashi. Eduardo Gianetti, presidente no período 2001-2002 como secretário de Piracicaba, recebeu sua lembrança da secretária Raquel Chini, de Praia Grande, vice do Fórum Paulista.

Presidente em 2003, quando esteve à frente da Empresa Pública de Transportes de Santo André, Epeus Pinto Monteiro recebeu o quadro de Valéria Aguiar, secretária executiva dos Fóruns Nacional e Paulista. O presidente do Fórum Paulista a permanecer

mais tempo no cargo, entre 2009 e 2012, Rogério Crantschaninov, recebeu sua lembrança das mãos do superintendente da ANTP, Luiz Carlos Mantovani Néspoli. Ailton Brasiliense Pires, presidente da ANTP, recebeu sua homenagem de Josias Lech, da Secretaria Municipal de Transportes de São Paulo. Oswaldo Bosquet entregou o quadro ao prefeito Milton Carlos de Mello.

Jurandir Fernandes, que presidiu o Fórum Paulista de 1994 a 1996, quando comandava a Emdec/Campinas, recebeu a homenagem das mãos do atual presidente daquela empresa, Roberto Barreiro. A homenagem ao atual presidente, Atílio Pereira, secretário de Transporte e Trânsito de Guarulhos, foi entregue por Rogério Crantschaninov



Jurandir Fernandes

CINCO NÃO PUDEAM PARTICIPAR – Cinco ex-presidentes não puderam participar. Um deles, José Carlos Sacramoni, presidiu o Fórum de 1999 a 2001, como secretário de Jundiá. Marcos Pimentel Bicalho foi presidente em 2004, quando dirigia a Emdec/Campinas. Dalton Ferracioli presidiu o Fórum em 2013, como secretário de Jacaré. O atual presidente do Fórum Nacional, Renato Gianolla, presidiu o Fórum Paulista em 2005 e 2006, como presidente da Empresa de Desenvolvimento Urbano e Social de Sorocaba, cargo que ainda ocupa; ele foi representado por Celso Bersi e a homenagem foi entregue pelo secretário de Jundiá, Wilson Folgozi de Brito. A única mulher a presidir do Fórum Paulista, em 2007 e 2008, Patrícia Pereira Veras, então secretária em Guarulhos, também não pôde participar.

EXPEDIENTE



BOLETIM DOS FÓRUNS é uma publicação mensal editada pela Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP) com o objetivo de divulgar as atividades do Fórum Nacional e dos Fóruns Regionais de Secretários e Gestores Públicos de Transporte Urbano e Trânsito. COORDENAÇÃO GERAL - Luiz Carlos Mantovani Néspoli, superintendente da ANTP. GRUPO DE EDIÇÃO - Valéria Aguiar, secretária do Fórum Nacional e do Fórum Paulista; Ricardo Mendanha Ladeira, diretor regional da ANTP em Minas Gerais; Alexandre Resende, secretário do Fórum Mineiro; Rosângela Batistella, diretora regional da ANTP no Paraná. EDITOR - Alexandre Asquini